



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005390-89.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Gilsom Jose Mendes**
 Requerido: **Marcelo Bertacini**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

GILSON JOSÉ MENDES, qualificado nos autos, ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais em face de **MARCELO BERTACINI**, também qualificado nos autos, alegando, em síntese, que constituiu o réu como seu advogado no ano de 2003, outorgando-lhe poderes para patrociná-lo no aforamento de ação de indenização por danos materiais e morais em face do Banco Santander, processo nº 0006088-54.2013.8.26.0566, que tramitou perante o Juizado Especial Cível desta Comarca de São Carlos/SP. Obteve decisão favorável, com trânsito em julgado e, naqueles autos houve penhora no valor de R\$ 937,00 e depósito judicial no valor de R\$ 235,19. Sustenta que o réu retirou os mandados de levantamento, levantou a quantia existente em conta judicial, no total R\$1.173,09 e não lhe repassou a quantia devida. Indagado, respondia com evasivas atribuindo a culpa ao Banco Santander ou alegando já ter feito o repasse. Todavia, o réu apropriou-se indevidamente de tais valores. Esgotadas todas as tentativas para o recebimento da quantia de forma amigável, requer a condenação do réu ao pagamento de indenização por danos materiais no valor de R\$1.707,45 e morais, no valor de R\$15.000,00.

Juntou documentos (fls.09/120).

Citado, o réu ofertou contestação a fls.26/36, suscitando, preliminarmente, a carência da ação ao argumento de que não é devedor da quantia pleiteada e, nos termos do art. 485, X, confusão entre autor e réu. No mérito, aduz, em síntese, que no período em que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

prestou serviços jurídicos ao autor (processos nº 1782/2004 e 1925/2006 ambos da 5ª Vara Cível da Comarca de São Comarca de São Carlos e 0832/2013-JEC) não recebeu os valores devidos a título de honorários. Afirma que o valor a ser cobrado a título de honorários é maior do que o valor já recebido, portanto, teria valores a receber do autor. Argumenta que os fatos alegados na petição inicial são inverídicos e que o autor não comprovou o nexo causal entre o suposto dano e a conduta culposa do réu, por isso, não há que ser condenado ao pagamento de indenização por danos morais. Requer a improcedência do pedido, a condenação do autor pela litigância de má-fé e a procedência do pedido contraposto.

Impugnação a fls.43/45.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O feito comporta julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Trata-se de matéria de direito e de fato, sendo suficiente a prova documental já produzida.

De início afasto a preliminar de carência de ação que pertine ao mérito no caso em tela.

Afasto ainda a preliminar de confusão entre autor e réu. Na verdade o réu mencionou eventual direito à compensação e se o réu julga-se credor do autor deveria recorrer às vias próprias para receber o seu valor.

No mérito, em se tratando de contrato para prestação de serviços advocatícios, as partes devem cumprir o quanto fora livremente pactuado.

Não consta dos autos o contrato a fim de que se possa averiguar qual seria o percentual de proveito econômico do advogado em caso de sucesso da demanda. Nesse contexto, o advogado não poderia reter para si valores que pertenciam ao autor, sem demonstrar documentalmente serem devidos.

No caso dos autos, verifica-se pelos documentos colacionados aos autos que o autor obteve sucesso na demanda que tramitou perante o Juizado Especial Cível da Comarca de São Carlos/SP, processo nº 0006088-54.2013.8.26.0566 (cf.fls.09/10).

O réu no decorrer de sua contestação não impugnou as alegações do autor de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

que reteve valores que pertenciam ao autor.

Não vinga o argumento do advogado de que procurava garantir os honorários decorrentes das ações, Processo nº 1782/2004 e Processo nº 1925/2006, ambos da 5ª Vara Cível da Comarca de São Carlos e Processo nº 0832/2013 do Juizado Especial Cível da mesma Comarca, pois nem sequer apresentou os contratos de serviços advocatícios firmados e pertinentes aos processos em que ocorridos os levantamentos, a fim de conferir a certeza e liquidez dos alegados créditos.

Em caso análogo já decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

Apelação 079243-81.2009.8.26.0000 Ação de cobrança. Montante obtido em ação judicial e indevidamente retido pelo advogado. Ação procedente. Impossibilidade de compensação no caso. Recurso desprovido. (TJSP; Apelação 0014747-48.2011.8.26.0008; Relator (a): Pedro Baccarat; Órgão Julgador: 36ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional VIII - Tatuapé - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 11/04/2013; Data de Registro: 12/04/2013)

Convém ressaltar também que é dever do mandante transferir as vantagens provenientes do mandato (art. 668 do Código Civil de 2002). **Art. 668.** O mandatário é obrigado a dar contas de sua gerência ao mandante, transferindo-lhe as vantagens provenientes do mandato, por qualquer título que seja.

De rigor, portanto a condenação do réu ao pagamento da quantia de R\$ 1.707,45 a título de danos materiais.

O dano moral é inequívoco e deve ser indenizado. O autor depositava confiança no réu ao contratá-lo, viu-se frustrado com o desfecho dos acontecimentos, ficou privado da quantia por um bom tempo e, mais, viu-se obrigado a ajuizar uma nova ação com o intuito de reaver sua quantia o que lhe ocasionou abalos que superam a esfera do mero aborrecimento.

De rigor, portanto, a condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$3.000,00.

Sendo procedentes os pedidos do autor, não há que se falar em má-fé como alegou o réu.

Destarte, julgo procedente o pedido de indenização por danos materiais e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

condeno o réu a pagar para o autor o valor de R\$1.707,45, acrescido de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Julgo procedente o pedido de indenização por danos morais e condeno o réu a pagar para o autor o valor de R\$3.000,00, valor a ser atualizado por correção monetária a contar da sua fixação na sentença (Súmula 362 do STJ) e juros de mora a contar da citação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 20 de setembro de 2017.

Juiz(a) Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**